

## Ata 001/2025 - Comissão Intersectorial do Programa Bolsa Família

1 No dia dez de junho de 2025 às oito horas e trinta minutos, reuniram-se na Secretaria  
2 Municipal de Assistência Social, sito a Avenida Maripá, 5077 - Centro, Toledo/PR, os  
3 representantes da Comissão Intersectorial das Políticas de Assistência Social - Franciele de  
4 Souza, Saúde - Maiara e Educação - Dan Mariano, para discutir os seguintes pontos de  
5 pauta: a) Revisitar as atribuições da Comissão Intersectorial do Programa Bolsa Família; b)  
6 Apresentar as formas que são realizados os acompanhamentos nos setores; c) Rever a  
7 Portaria 423, de 16 de junho de 2025 para inclusão do Coordenador do Cadastro Único na  
8 Comissão Intersectorial; d) Rever o Plano de Ação Intersectorial 2024/2025; e) Conhecer  
9 notas técnicas e Portarias norteadoras da Comissão; f) Dificuldades. *Item a) Revisitar as*  
10 *atribuições da Comissão Intersectorial do Programa Bolsa Família:* Discutido sobre os  
11 profissionais dedicados à Comissão, que não são exclusivos do Programa Bolsa Família,  
12 tendo outras funções paralelas. Conversado sobre a atual composição da Comissão ser de  
13 profissionais novos, que não tiveram capacitações sobre os sistemas que operam.  
14 Conforme Portaria do MDS nº 1.041, de 23 de dezembro de 2024, ressalta que a Comissão  
15 deve ser coordenada pelo gestor da Assistência Social ou pelo  
16 coordenador do Programa Bolsa Família em concordância com o disposto na Portaria MDS  
17 nº 1.030, de 7 de novembro de 2024. A Comissão deve monitorar o acompanhamento das  
18 condicionalidades e, após cada período de acompanhamento da frequência escolar e da  
19 agenda da saúde, discutir e analisar os resultados consolidados. Com base nesses  
20 resultados, deve propor e encaminhar ações integradas que considerem as situações de  
21 não cumprimento ou ausência de acompanhamento das condicionalidades, identificando  
22 motivos e desenvolvendo estratégias intersectoriais. Também orienta que a Comissão faça  
23 reuniões periódicas e realize planejamento intersectorial para o desenvolvimento das ações.  
24 É fundamental que as reuniões tenham registros de presença e atas detalhando os  
25 assuntos discutidos e os encaminhamentos realizados. *Item b) Apresentar as formas que*  
26 *são realizados os acompanhamentos nos setores:* Não foi possível visualizar, porque o  
27 sistema da educação está fechado e da saúde também. Ainda o notebook não funcionou  
28 para apresentar o sistema da assistência social. Definiu-se que a próxima reunião será na  
29 Secretaria de Educação para os integrantes da Comissão conseguirem visualizar a forma  
30 que ocorre os lançamentos de registros, com posterior visualização do setor da saúde e da  
31 assistência social; *Item c) Rever a Portaria 423, de 16 de junho de 2025 para inclusão do*  
32 *Coordenador do Cadastro Único na Comissão Intersectorial:* Discutiu-se a necessidade de  
33 inserir o profissional Coordenador do Cadastro Único na Comissão, visto o trabalho  
34 interdisciplinar e atividades conjuntas realizadas, assim como definição do uso de recursos  
35 do IGD-PBF; *Item d) Rever o Plano de Ação Intersectorial 2024/2025:* Mantido os itens:  
36 Efetuar correções de dados no sistema do Cadastro Único quando necessário. Um exemplo  
37 citado, é quando a pessoa do sexo masculino está marcado como feminino e está na lista  
38 para busca ativa da saúde, para verificar gestação. Fortalecer o monitoramento da  
39 execução do acompanhamento familiar. Realizar cruzamento de informações sobre o envio  
40 de dados para as unidades de educação, assistência social e saúde e verificar a  
41 porcentagem que de fato foi executada. Monitorar se as ações de orientação às famílias  
42 quanto às condicionalidades do Programa Bolsa Família estão sendo executadas quanto a  
43 inserção no programa; Identificar as famílias beneficiárias do Programa que não estão  
44 realizando o saque do benefício e motivos que a levaram a não realização do saque;  
45 Identificar cursos disponíveis sobre o acompanhamento das condicionalidades nas

46 plataformas oficiais do governo e de que forma os profissionais poderão acessar (em  
47 horário de trabalho? após expediente?); Cada setor condensar dados sobre o  
48 monitoramento das condicionalidades, para que possamos identificar dificuldades e elaborar  
49 estratégias; Sobre os recursos financeiros, discutido que atualmente utiliza-se o recurso  
50 para pagamento de entrevistadores terceirizados do Cadastro Único. Propor uma conversa  
51 com o Gestor do Financeiro do IGD-PBF para mostrar a maneira que está a execução do  
52 recurso; Sobre avaliação e monitoramento, nos encontros da Comissão, comparar dados  
53 das famílias em não cumprimento das condicionalidades e relacionar quais as ações e  
54 encaminhamentos estão sendo realizados e avaliar resultados. *Item e) Conhecer notas*  
55 *técnicas e Portarias norteadoras da Comissão:* Sugerido que compartilhamos os  
56 documentos norteadores no grupo de whatsapp para estudarmos mais afundo. Lido os  
57 Informes nº 71, de 3 de fevereiro de 2025 do MDS e Nota Técnica 87 de 03 de julho de  
58 2025 do MDS. Saúde e Educação possuem normativas próprias. *Item f) Dificuldades:*  
59 Dialogado sobre o período de disponibilidade para os sistemas de saúde e educação. Para  
60 a saúde o acompanhamento acontece semestralmente, e no início e meio do ano é  
61 encaminhada listagem para as Unidades Básicas de Saúde, no qual os ACS realizam a  
62 busca ativa das famílias que estão no Bolsa Família. Maiara utiliza um mapa inteligente,  
63 vincula a unidade e o profissional que irá realizar a busca ativa das famílias. Dan refere que  
64 há diversas instabilidades no sistema presença, e que alimenta dados do sistema municipal  
65 e estadual de educação. Que recebeu em 2025 uma base de dados de 2023, e  
66 adolescentes que às vezes já concluíram o ensino médio, continuam retornando na listagem  
67 todos os meses. Refere que tem diversas trocas de informações com Franciele, do Núcleo  
68 Regional de Educação. Comentado sobre a mudança do sistema do Cadastro Único que  
69 antes estava vinculado à Caixa Econômica Federal, agora está com a Dataprev e por este  
70 motivo os reflexos cadastrais das inserções e atualizações do Cadastro Único estão  
71 levando mais tempo do que o habitual. Maiara refere que o ESUS tem integração com o  
72 PBF e facilita a importação dos dados. A educação utiliza o sistema RCO, sendo um  
73 sistema mais burocratizado. Referem dificuldades quando as famílias vem de outro  
74 município e ainda não atualizaram o Cadastro Único. Que seria interessante se tivéssemos  
75 recursos financeiros, criar folders informativos para deixar nas unidades de saúde e escolas  
76 para repassar às famílias, que caso recebam o Bolsa Família, procurar o CRAS de  
77 referência imediatamente. Porque as pessoas podem ficar sem o registro de presença na  
78 educação e na saúde sem o acompanhamento. Outra situação identificada é a não  
79 localização de famílias no endereço, o que faz que ocorram muitas repetições em listagens,  
80 abaixando o índice de acompanhamento do serviço e conseqüentemente os recursos.  
81 Discutiui-se estratégias, de fluxos dentro da Comissão referente a tais situações, como  
82 referência e contrarreferência ou envio de Pedido de Providências para  
83 bloqueio/desbloqueio e propôs-se discutir com o Coordenador do Cadastro Único a  
84 possibilidade de elaboração de pareceres para resolução de situações reiteradas. Mariana,  
85 coloca que nas Unidades Básicas de Saúde estão tendo alguns fluxos diferentes para  
86 pesagem e que seria importante não limitar dias e horários para não dificultar o  
87 acompanhamento das famílias. Para finalizar decidiu-se que as reuniões ocorrerão nas  
88 segundas quintas-feiras de cada mês, a começar em agosto de 2025.